



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA

ANEXO

ANEXO IX DO EDITAL DE LICITAÇÃO N. 7/2021 – ADOÇÃO DE PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA

(Processo Administrativo n. 0000032-25.2021.4.01.8012)

1. Tendo como base o artigo 6º da IN SLTI/MPOG n. 01/2010, combinado com a IN 05/2017 MPDG, com a Lei n. 12.305/2010, com o Decreto n. 5.940/2006 e com a Resolução CONAMA nº 20/1994, a CONTRATADA deverá adotar as seguintes providências, em consonância com a política sócio ambiental do órgão:

- a. observar a destinação adequada de resíduos gerados durante suas atividades no órgão, em consonância com a coleta seletiva da Subseção.
 - i. os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização à coleta seletiva.
- b. otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:
 - i. racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;
 - ii. substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
 - iii. usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
 - iv. racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;
 - v. realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
 - vi. treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição;
- c. utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros);
- d. observar a Resolução CONAMA n. 20/1994 e legislação correlata quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- e. fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- f. respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) sobre resíduos sólidos;
- g. desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais de uso da CONTRATADA, potencialmente poluidores, dentre os quais:

- i. pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos devem ser recolhidas e encaminhadas aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;
- ii. lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral devem ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica;
- iii. pneumáticos inservíveis devem ser encaminhados aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, conforme disciplina normativa vigente.

(Fim do documento)



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Alves de Souza, Pregoeiro(a)**, em 31/05/2021, às 15:06 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/servicos/verifica-processo.htm> informando o código verificador **13084980** e o código CRC **07ABDF5B**.

Av. Presidente Dutra, 2203 - Bairro Centro - CEP 76805-902 - Porto Velho - RO - www.trf1.jus.br/sjro/

0000032-25.2021.4.01.8012

13084980v2